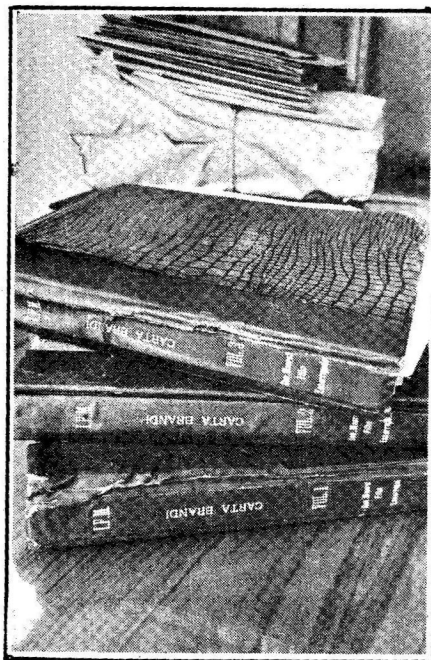


Leilão do Senado redescobre

No cofre estava cópia do IPM que provou a falsidade da

a "Carta Brandi"

denúncia de Lacerda contra Jango



Os três volumes contendo o IPM-Carta Brandi, encontrados num cofre do Senado, reavivaram este episódio que antagonizou Lacerda e Jango



Brandi: um episódio que antagonizou Lacerda e Jango, nas semanas que antecederam as eleições presidenciais de outubro de 1955

MARIA DO ROSARIO
CAETANO
Do ApArte

O leilão de bens do Senado Federal trouxe à tona episódio da vida política brasileira que agitou a primeira metade dos anos 50 e passou à História com a denominação de "Carta Brandi". Num dos cofres leiloados estavam três volumes contendo cópias fotostáticas de documentos relativos ao Inquérito Policial-Militar (IPM) mandado instaurar em 22 de setembro de 1955 pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra. Este IPM procurava esclarecer acusações de que o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, João Belchior Marques Goulart (Jango) — candidato a vice-presidente da República na coligação PSD-PTB, em dobradinha com Juscelino Kubitschek — estava articulando, com o presidente Peron, da Argentina, golpe que transformaria o Brasil numa República Sindicalista.

Este episódio, hoje diluído na lembrança nacional, teve como seu artífice o político e jornalista Carlos Lacerda, udenista histórico e inimigo declarado de Getúlio Vargas e de seu herdeiro político, João Goulart. Preocupado em derrotar Jango, Lacerda lançou mão de carta que teria sido escrita pelo deputado argentino Antonio Jesus Brandi, em cinco de agosto de 1953 e que vinha em papel timbrado da Câmara dos Deputados da Província de Corrientes.

Nesta Carta, que o IPM provou, exaustivamente, ser falsa, Brandi informava Goulart sobre o relacionamento entre os peronistas e janguistas e, no penúltimo parágrafo, em linguagem meio cifrada, fornecia a munição que tanto assanhava Lacerda e seu jornal *A Tribuna da Imprensa*: "Referente à mercadoria adquirida por Sua Excia. na Fábrica Militar de Córdoba, posso antecipar-lhe que já foram tomadas pro-

vidências para que lhe seja remetida via Uruguiana, na qualidade de mercadorias alimentícias, e todas as remessas serão consignadas em nome do prefeito de Uruguiana, Sr. Iris Valls. O Sr. I. Pinedo está autorizado a ouvir sua proposta para um plano de pagamento e das modalidades para saldar os ditos créditos".

ESTARDALHAÇO

Como provaria o IPM instaurado pelo Ministério da Guerra, esta carta fora forjada por falsários argentinos, interessados em vendê-la a inimigos de Goulart. Ao trazê-la a público, numa leitura na televisão, e depois no jornal *Tribuna da Imprensa* (O Globo também publicou o polêmico documento), Lacerda sabia que sua origem era duvidosa.

O poeta Esmerino Magalhães Jr, 46 anos, radicado em Brasília, que estuda com interesse a história do Brasil, era adolescente quando a Carta Brandi transformou-se em escândalo nacional. Ele viu, pela TV, a leitura bombástica que Lacerda fez da Carta. Depois, acompanhou, pela *Tribuna da Imprensa*, o "mar de lama" que se armou em torno do episódio.

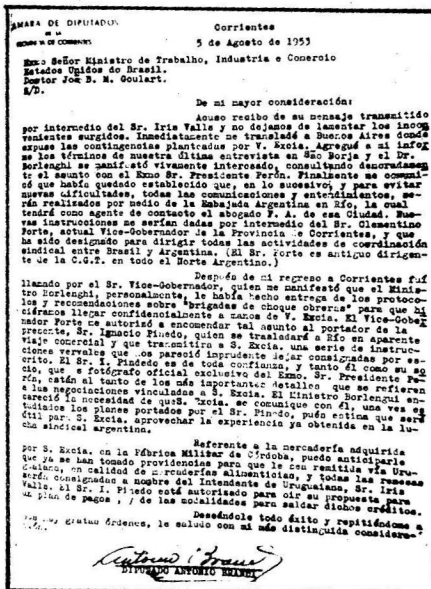
— Lacerda, lembra Esmerino, era um orador brilhante, mas diabólico em sua campanha para destruir Jango. Depois do episódio que levou Vargas ao suicídio e no qual ele teve participação ativa, usou a Carta Brandi para tentar destruir Goulart. Antes de publicá-la na *Tribuna da Imprensa*, ele foi alertado de que a carta era falsa. Como, porém, seu objetivo era causar polêmica nas vésperas das eleições presidenciais (que aconteceram a 3 de outubro de 1955), de forma que prejudicasse JK-Jango e favorecesse os udenistas Juarez Távora/Milton Campos, Lacerda não se preocupou com a veracidade do documento. Diz-se que ele comentou: "Se Jango é inocente, que prove".

Ao folhear os três volumes do IPM-Carta Brandi retirados do cofre do Senado, o pesquisador encontra, além de minuciosa documentação que confirma que a Carta foi falsificada (pelo falsário argentino Fernando F. Malfusi), páginas da *Tribuna da Imprensa*, de 30 de outubro de 1955. O jornal, em tom bombástico e em 10 páginas, fazia uma retrospectiva do caso, destacando frases de impacto como "João Goulart tornou-se herdeiro de Vargas com uma carta falsa. Agora, com o Partido Comunista e os restos de Peron, quer chegar ao Poder com outra carta falsa".

Apesar de todo o estardalhaço, a retórica de Lacerda sucumbiu-se quando as provas da falsidade da carta foram se avolumando. O Instituto de Criminalística do Departamento Federal de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, provou, em laudo de número 144.515, de 25 de outubro de 1955, que a carta fora forjada três meses antes.

Até o udenista Afonso Arinos de Mello Franco, correligionário de Lacerda, admitiu em suas memórias (*A Escalada*, José Olympio Editora) que o jornalista tinha sido, no episódio da Carta Brandi, "inconsequente".

Os documentos encontrados no cofre leilado pelo Senado são reproduções fotostáticas do IPM-Carta Brandi. Os originais devem estar no Ministério do Exército, herdeiro natural do Ministério da Guerra. Mesmo assim, os documentos são valiosos. Por isto, o diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel dos Santos, instituiu comissão que estudará seu valor e definirá seu arquivamento. Em princípio, embora não se trate de material ligado diretamente à Casa (não é resultado de CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito) o material poderá permanecer no Arquivo do Senado. Zagonel não descarta, porém, a possibilidade de doá-lo, se a comissão aprovar tal ideia, a organismos como a Fundação Getúlio Vargas.



A Carta Brandi datada de 05/08/53 foi, provou o IPM de 55, forjada pelo falsário argentino Malfusi, três meses antes da eleição de JK-Jango, em outubro do mesmo ano